

AS DIVERSAS FACES DA RESISTÊNCIA E A GARANTIA DE DIREITOS

The different faces of resistance and the guarantee of rights

Heloisa Helena Mesquita Maciel *

Pontifícia Universidade
Católica do Rio de Janeiro

Sindely Chahim de Avellar Alchorne **

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Resumo

Trata-se de uma pesquisa histórico documental que se debruça sobre um resgate dos momentos de resistência do povo brasileiro, desmistificando o cordial e passivo e evidenciando os diferentes momentos em que se faz presente na luta por direitos. Faz o diálogo desse processo com o Serviço Social que, embora tenha sua origem num papel de conformação, consegue ultrapassar o tradicional e contribuir com o pensamento crítico.

Abstract

It is a historical documentary research that focuses on a rescue of the moments of resistance of the Brazilian people, demystifying the cordial and passive and evidencing the different moments in which it is present in the struggle for rights. It dialogue this process with Social Work, which, although it has its origin in a role of conformation, manages to go beyond the traditional and contribute to critical thinking.

PALAVRAS-CHAVE: Resistência. História. Direitos. Serviço social.

KEYWORDS: Resistance. History. Rights and Social Work.

Introdução

Relembrar que o povo brasileiro tem como marca a resistência, é necessário. Trata-se de uma história nem sempre contada, mas certamente, vivida. Quando são passados 60 anos da ditadura militar no Brasil e se encontra uma nova geração que, por vezes, tem dúvidas se, de fato, ela existiu e que foi a resistência do povo brasileiro fundamental para mudar o rumo da história, entende-se que a revisão é importante.

Na história do Brasil, é possível encontrar provas do resistente povo brasileiro - fossem indígenas, escravos, camponeses, operários, estudantes - enfim, a população espoliada tem respondido as injustiças sociais de forma corajosa e combativa, conforme destaca BATISTA (2017), enfrentando a violência, a tortura, a perda-morte e o exílio, impostos pelos governos e seus aliados. Em tempos mais recentes, também é possível encontrar vozes que resistem ao acirramento das expressões da questão social como a homofobia, o feminicídio, o racismo, e ao reviver do fascismo enfim, a necropolítica, preconceitos, conservadorismos e violências que vão na contramão de um padrão de dignidade humana.

Enfim, a história nacional é repleta de lutas, movimentos e conquistas dos povos originários, da população negra escravizada, dos setores populares e proletários, muito

diferente do que as classes dominantes propagam e tudo fazem para apagar da memória coletiva popular.

Realizar um resgate histórico de lutas em que expressões da questão social estavam presentes contando com atores dos mais diversos por origem, etnia, raça etc., mas que têm em comum o “sonho de se libertar e libertar o Brasil”.

Conhecer essa história ajuda a entender a Assistência Social, seu processo de conformação como política pública e sua destinação a todos que dela necessitar. Trata-se de um reconhecimento da histórica injustiça social que marca parte significativa da população em suas variáveis gêneros, raça, etnias, faixas etárias, grupos etários, enfim, nas diversidades presentes que constituem a bela gente brasileira.

Portanto, iniciar nossas reflexões sobre a seguridade social resgatando momentos da história nacional, também é um ato de resistência e uma forma de enfrentamento na defesa dos direitos, concordando com BATISTA (2017) ao reconhecer ser “cada vez mais uma necessidade formular um novo tempo, em que não haja mais conciliação, nem traição aos maiores interesses das classes trabalhadoras e do povo brasileiro na caminhada pela construção de uma sociedade livre, solidária, justa e igualitária.”

Assim, num primeiro momento, a questão histórica será trazida num diálogo com a colonialidade-decolonialidade, seguida de um enfoque específico da história da seguridade social, chegando ao cenário atual e aos possíveis enfrentamentos identificando o Serviço Social nesses contextos.

Colonialidade - Decolonialidade: Uma história nem sempre contada

A colonialidade, projeto civilizatório da modernidade, entendido como um padrão ou uma matriz colonial de poder que naturalizam hierarquias (territoriais, raciais, culturais e de gênero), produz subalternidades e apaga conhecimentos, experiências e formas de vida dos que exploram e desejam dominar, o que vai ocorrendo ao longo do tempo nas diversas esferas da vida social¹. Para além dos desafios territoriais e de sobrevivência que os povos indígenas enfrentaram, soma-se, atualmente, problemas como racismo, preconceito, violação aos direitos das mulheres indígenas, além da falta de acesso à saúde e serviços públicos e a alimentação escassa, agravada pelo extrativismo ilegal.

¹ Segundo o último Censo, realizado pelo IBGE em 2022, o Brasil é habitado por cerca de 1,7 milhão de indígenas, distribuídos por 4.832 municípios. Um número assemelhado à população de grandes capitais ao redor do mundo. E, ainda assim, representando boa parcela dos cidadãos brasileiros, os povos indígenas enfrentam lutas antigas, que têm sua origem na colonização do país, ocasião em que a população era constituída, antes da invasão dos europeus, de cerca de 3,5 milhões de habitantes nativos, inicialmente chamados de “índios”, em referência às Índias, local ao qual os portugueses alegaram terem chegado.

Como são contados para nós fatos como a resistência indígena contra sua escravidão pelos portugueses, a exemplo da Confederação dos Tamoios (1556) entre outras? Não foi de forma pacífica que os povos originários receberam os colonizadores e sua exploração. Resistiram com fugas, com a preservação de suas crenças e cultura e até tirando suas próprias vidas ou lutando até morrer. Hoje sua resistência se faz na reafirmação de quem são, onde quer que estejam, na mata ou na cidade, na caça e na pesca ou na vida acadêmica.

Talvez muitos de nós sequer imaginassem que os povos originários foram escravizados no Brasil. Mas o fato é que a legitimação da tentativa de extermínio dos povos indígenas se deveu a forma como eles eram colocados pelos “invasores” da terra do Pau Brasil como indígenas hostis, cruéis e selvagens, além do apagamento identitário de várias etnias indígenas concomitantemente ao processo de enaltecimento da cultura europeia. Trata-se de uma forma cruel, conforme destaca SILVA (2018), entre outros, tanto por ser inferiorizadora das etnias indígenas, como pela prática concreta da violência e do extermínio.

Exemplos concretos são inúmeros, mas faz-se destaque a tribo Goytacá com base no depoimento das pesquisadoras Sílvia Paes e Graziela Escocard (2013 e 2023)²

Logo no primeiro contato, os colonizadores ficaram com medo porque o Goytacá era muito grande e bravo e não aceitava ser domesticado. Tanto que após esse primeiro encontro, os colonizadores foram embora e voltaram na segunda vez já para exterminar os índios. O que aconteceu em Campos [dos Goytacazes] foi uma chacina e uma das maneiras do homem branco contaminar o índio foi com roupas infectadas. Os poucos que sobraram fugiram ou foram domesticados (SÍLVIA Paes; GRAZIELA Escocard, 2013 e 2023).

Com relação à antropofagia, atribuída aos Goytacá, a historiadora pontua:

“A prática da antropofagia, é comum em muitas tribos espalhadas no mundo inteiro, desde os tempos mais remotos até hoje. Não era uma prática só do indígena Goitacá. Quem descreve uma prática dessa foi um viajante francês que morou no Rio de Janeiro e viveu com os indígenas. Ele vai escrever uma obra na qual explica essa prática. Não era qualquer carne que se comia, era a carne daquele guerreiro que não corria do medo, que lutava uma guerra bravamente. Esse era o escolhido para ser honrado com o ritual da antropofagia. Ou seja, todos queremos ser iguais a ele: bravos, valentes, guerreiros, destemidos. E, aí sim, era praticada essa antropofagia” (SÍLVIA Paes; GRAZIELA Escocard, 2013 e 2023).

Por muito tempo, houve a construção, no imaginário brasileiro, de uma visão negativa dos povos indígenas, que disseminou entre os não-indígenas o preconceito e a discriminação em relação às suas práticas, com ondas de intolerância e violência gratuitas. Essa

²<https://g1.globo.com/rj/norte-fluminense/noticia/2013/04/indio-goytaca-era-alto-e-bravo-dizem-historiadoras-de-campos-rj.html>

<https://www.scielo.br/j/er/a/X3D3CtSHRk4kKkTfC9HGbHF/?format=pdf#:~:text=O%20pensamento%20decolonial%20possibilita%2C%20por,a%20apropri%C3%A7%C3%A3o%20e%20a%20explora%C3%A7%C3%A3o%2F>

perpetuação de noções preconceituosas e discriminatórias têm reforço na forma como a história é contada e ensinada à luz do desenho colonizador.

Por tal passagem é possível perceber a expressão de uma época, quando não se conhecia a vastidão do território brasileiro, tampouco a diversidade de povos que ele escondia; assim como alguns estereótipos (como a indolência, atrasados e com as mesmas características, sem reconhecer suas diversidades) que foram utilizados para definir os indígenas encontrados no Brasil, imagem que, lamentavelmente, se perpetua até os dias atuais, pois a maioria da população brasileira ainda pensa que as 255 etnias indígenas sobreviventes no território nacional, segundo dados do Instituto Socioambiental, possuem as mesmas características e são apenas ‘índios’, termo apreendido de forma genérica, hoje absolutamente contestada.

No Brasil Colonial, guerras e extermínios antecedem a outra fase, a construção da imagem de “bom selvagem”, através de um movimento romântico, veiculado pelo Estado Imperial – a partir da inauguração do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado por D. Pedro II e por seus colaboradores (1838), seguindo o modelo do *Institut Historique* de Paris, de 1834 (SCHWARCZ, 1999, p. 126) – com o intuito de inserir os “sobreviventes do processo” na sociedade brasileira, o que acontece no final do século XIX e início do século XX.

O que vigorou no Brasil até meados do século XX, e, lamentavelmente, ainda perdura, de certo modo, é o desrespeito, a ambição que se faz no “invadir” a cultura dos povos originários, tendo parte deles se rendido ao processo colonizador pela catequese, a invasão as suas terras, pauta ainda presente hoje, quando se discute o marco legal, por exemplo, quando ainda se põe fogo em indígenas ou invadem suas terras e tentam exterminá-los seja com a violência direta por meio das armas ou indiretas quando contaminam suas águas, sua plantação, incendeiam suas matas e os condenam a doenças e mortes.

Felizmente, hoje, o cenário de resistência traz novas perspectivas ao reconhecimento e respeito à causa indígena, embora não se possa dizer que seja uma causa ganha. Tal debate nos reporta ao movimento decolonial, conforme abaixo.

O Movimento Decolonial e o Protagonismo Indígena

Somente na segunda parte do século XX é que as questões envolvendo os indígenas brasileiros voltaram às discussões e, dessa vez, a partir de uma nova visão, diferente daquela do colonizador. A década de 1970 é decisiva para a tomada de posição dos movimentos sociais, que se fortaleceram em um contexto de resistência e oposição ao Estado ditatorial. Neste sentido, os movimentos sociais, da década de 1970, podem ser compreendidos como organizações populares, inicialmente estabelecendo relações de oposição e resistência ao

Estado, visto como cerceador de direitos sociais e políticos. Neste contexto, com o fim do regime militar, novos atores sociais se apresentaram à cena política e “as mobilizações sociais saíram das ruas e se voltaram para os ambientes institucionalizados”, de modo que “os movimentos populares em crise se rearticularam interna e externamente.” (BICALHO, 2010, p. 21)

Conforme SILVEIRA (2021), o movimento de resistência dos indígenas coincide com outras ações, presentes nas décadas de 1970/80, com a intenção de repensar a história dos povos subalternizados durante o período colonial, criticando a modernidade eurocentrada, com o intuito de compreender a desconstrução discursiva do mundo colonizado, elaborada a partir do olhar do colonizador; e o modo como o colonizado é apreendido via esse discurso. Esse movimento, gestado nos países asiáticos, chega à América Latina entre o final da década de 1980 e o início da década de 1990, imbuído de uma aversão ao uso de epistemologias criadas por autores europeus para problematizar as questões subalternas. O que propõe, então, é o rompimento com a tradição eurocêntrica de pensamento como norteador do processo.

Assim, com a intenção de desnudar e denunciar a relação de poder, é fortalecido o movimento decolonial que propõe a busca por ações e formas de pensar que emanam da própria cultura local, ressaltando-a perante os processos de globalização. Desse processo, pode-se destacar muitas situações cotidianas podem ser utilizadas para discussão de ideias decoloniais na sociedade atual, cabendo destaque ao papel da escola entendendo-o como um ambiente propício, uma vez que lida com a formação integral do ser humano, já que seu público está em processo de aprendizagem, formação de opinião e de identidades. As disciplinas escolares são estratégicas para garantir a inserção de temáticas como a indígena, e afro-brasileira, o respeito à diversidade, entre tantas outras inerentes ao convívio social.

Colonialidade - Decolonialidade: uma história nem sempre contada - a escravização de africanos em debate

Os chamados “navios negreiros”, no seu incessante ir e vir pelos mares, traziam para o Brasil os escravizados africanos, comércio que se iniciou no século XV, quando os portugueses começaram a ter contato comerciais com diferentes povos africanos.

De acordo SILVEIRA, et alli (2001), dentre as motivações para comercializar esta mão de obra estava a diminuição da população indígena em razão da mortalidade, talvez pela evasão de muitos que se embrenharam por matas que conheciam muito bem, além das restrições criadas pelos jesuítas para a escravização de indígenas e da avaliação de que os africanos eram melhores trabalhadores como mão de obra que se fazia necessária naquele momento, como era o caso da expansão do negócio açucareiro no Brasil. Justificava-se

assim, a necessidade por mão de obra escrava, nas últimas décadas do século XVI e, no século XVII, com a queda do preço médio dos escravos sua presença na economia do Brasil aumentou significativamente.

A presença de escravos africanos no Brasil foi acompanhada de diferentes formas de resistência fossem por fugas coletivas, ou individuais, por suicídio e abortos, por revoltas organizadas contra feitores e seus senhores, por recusa em trabalhar, por execução do trabalho de maneira inadequada, ainda que fossem penalizados por isso, mas não há como desconhecer que a criação de quilombos e mocambos eram a grande expressão de resistência.

Marco conhecido envolve o Quilombo dos Palmares (1585) onde um grupo de escravos fugitivos, organizaram-se, estabeleceram relações e desenvolveram o resgate da cultura africana, o que também fazia parte da estratégia de resistência.

As expressões de resistência se dão também pela estruturação legal da liberdade. Assim, os movimentos que resultaram em Leis como a Lei Eusébio de Queirós (1850) que aboliu o tráfico de escravos, e a "Lei do Ventre Livre" (1873) pela qual os filhos das escravas estariam livres, como parte do plano de abolição lenta e gradual e a Lei dos Sexagenários (1885) que determinou que escravos com 60 anos ou mais seriam libertos são parte dessa história e, ainda que mereçam uma boa análise de contextos e de entendimento de interesses presentes, não se pode negar serem respostas a luta que se fazia presente.

Chama-se a atenção para as datas para remeter ao percurso da luta que não era fácil, que não contava com a adesão de grande parte da sociedade e também, ainda que não se entre em análises maiores, no presente artigo, é necessário chamar atenção para a prática de tais determinações legais, uma vez que, na prática, o vai e vem de escravos pelos mares continuou a existir, apesar da lei, os filhos de escravas não eram libertos de imediato, ou seja, eles poderiam permanecer por um período ainda "servindo" ao senhor proprietário, que ainda poderia, conforme legislação, ser indenizado pela "perda" do jovem escravo, os escravos eram tão maltratados, trabalhavam tanto que poucos viviam por muitos anos e os que viviam, já eram de pouca serventia. Ou seja, as conquistas eram significativas para a luta, mas suas práticas deixavam muito a desejar. Mesmo a Lei Áurea (1888) fica a desejar quanto ao real retorno para a vida da população escravizada, pois a ela nada era garantido como reconhecimento dos tantos anos de serventia; ao contrário, de forma ágil foram buscar outras mãos, a dos imigrantes europeus, para sua serventia, aos quais acenam com terras e outras vantagens, enquanto aos escravos libertos a "sorte estava lançada".

Não dá para desconhecer os avanços e conquistas, há que se reconhecer sua importância e o papel importante de tantos que por elas lutaram, como, também, que suas

formalizações se dão em “janelas de oportunidades”³ que o contexto mundial acenava. Lembrando que na segunda metade do século XIX, o Brasil era um dos últimos países no mundo que mantinham o uso do trabalho escravo. Mas reitera-se que o movimento abolicionista foi decisivo para que o governo aprovasse essas leis, como foram incansáveis nas pressões que mantinham para fazer acontecer.

O que se insiste em destacar é que há um movimento colonizador que subjuga, que hierarquiza, que embranquece os valores à sua conveniência, mas há resistência, não restrita a negros e indígenas, mas da sociedade brasileira que vinha se constituindo.

As muitas expressões de resistência à Colonialidade

Em relação aos movimentos de resistência, é importante salientar que se o século XVIII foi marcado por muitas lutas em nome da liberdade, o Século XIX não foi diferente. Foi palco de movimento separatista e republicano, que agregou setores sociais diversos (Confederação do Equador -1824, Revolta da Cabanagem, considerada como o maior e único movimento na história do Brasil em que as camadas populares e empobrecidas ocuparam o poder por dez meses). O Nordeste voltou a gritar por liberdade, com a Revolução popular da Balaiada (1838), a Revolução Praieira (1845), cujo sonho de liberdade foi expresso no Manifesto ao Mundo, com reivindicações como: voto livre, liberdade total de imprensa, direito ao trabalho, nacionalização do comércio varejista, adoção do federalismo, reforma do poder judiciário, extinção dos juroes, abolição do sistema de recrutamento, expulsão dos portugueses.

Desse modo, dentre alguns movimentos de resistências, destaca-se que das histórias de luta do povo brasileiro, Canudos (1896) foi imortalizada por Euclides da Cunha, em Os Sertões. Esta é uma história que reuniu sertanejos, homens e mulheres que começaram a organização de um povoado de forma comunitária, acolhendo os que compartilhavam a crença de que poderiam viver de forma igualitária e justa. Sonho dizimado pelo exército do Império com a cumplicidade da igreja e dos proprietários de terra da região.

Mais um século se encerra, mas não os sonhos de liberdade, nem os atos de violência por parte do poder, agora republicano. Ou seja, em 1889, a República Federativa se instala no Brasil encerrando com o período Imperial e os 67 anos de monarquia, mas não com as expressões da questão social historicamente presentes e com a forma de enfrentá-las, dentre as quais a questão racial. Estudos afirmam que a raça é uma categoria mental da

³ Capella (2006) afirma que, segundo Kingdon (2003), com a congruência dos três fluxos (problemas, alternativas e política), o que ele chama de janelas de oportunidade (*policy windows*), há um problema do qual se toma conhecimento; uma resolução que está disponível e condições políticas adequadas e propícias para a mudança, havendo ascensão da questão na agenda pública governamental.

modernidade, criada apenas para legitimar o imperialismo europeu, em especial, via ciência. Nesta perspectiva, tudo o que foi e é produzido pelos europeus é identificado como bom e superior. Ou seja, a produção de conhecimento não europeia, sobretudo, como a dos povos indígenas, africanos e de seus descendentes, é considerada inferior, o que justifica ser silenciada e apagada. No entanto, apesar de tantos esforços nesta direção, a resistência se fez e se faz presente.

Diante do contexto narrado, não podia se esperar que o Século XX trouxesse novas perspectivas. Assim, o que se constata é que nele novas/ velhas mobilizações se fazem presente no cenário brasileiro. Em pleno século XX o cenário mundial era marcado por uma guerra⁴ - vivia o Brasil um cenário de transição de país monocultor, agroexportador (latifundiário) e escravista para um país com modernidades como a mão de obra imigrante (europeus) e a industrialização, marcadamente em São Paulo. Configura-se, assim, uma nova burguesia, adensada pela aristocracia rural cafeeira e, também, parte de imigrantes que se enriqueceram com o comércio e a indústria, fortalecidos pelas alianças que eram conformadas, gerando a fusão de elites dominantes. Esta não é uma realidade do Brasil; está circunscrita a uma região onde São Paulo se destaca e o descontentamento se faz presente entre as camadas sociais marginalizadas do poder - operários, burocratas, comerciantes, pequenos proprietários, a burguesia industrial incipiente, profissionais liberais, o Exército etc. Este é o cenário propício a novas manifestações.

Assim, o país presencia greves como a Greve Geral (1917)⁵, com a paralisação da indústria e do comércio do Brasil, fruto de mobilização operária, considerada uma das mais abrangentes e longas da história do Brasil e que provocou um impacto grande junto aos proprietários e capitalistas que se viram obrigados a acolher os pleitos dos trabalhadores por melhores condições de trabalho e aumento de salário. Esse momento brasileiro mostra a

⁴ A primeira Guerra Mundial ocorreu entre 1914 e 1918. Trata-se de processo que tem sua origem na segunda metade do século XIX, quando, no cenário econômico presencia-se a junção entre **capitalismo financeiro e capitalismo industrial** que favorece, principalmente, as nações que haviam começado seu processo de industrialização e realizaram a expansão de seus territórios em direção a outros continentes, agora não mais as Américas, mas sobretudo ao Asiático, ao Africano e à Oceania, o que ficou conhecido como imperialismo ou neocolonialismo. Tais expansões levaram a formação de alianças e de blocos de poder. Em 1917, os Estados Unidos entram na guerra e, na mesma ocasião a Rússia, aliada do outro bloco, estava vivenciando sua revolução comunista, fato crucial para a efervescência política europeia das décadas seguintes, como também foi crucial a vitória do bloco apoiado pelos EUA que num cenário de terras europeias arrasadas pela Grande Guerra, tornaram-se a grande potência fora do continente europeu.

⁵ Trata-se de movimento que revela a tensão presente com o modelo concentrador de renda expresso por atores oriundos do crescimento de organizações sindicalistas e de tensões que viriam a se expressar em movimentos revolucionários, como o Tenentismo (1922-1924) e a Coluna Prestes (1925), como resultado da constituição de organizações operárias de inspiração anarco-sindicalista aliada à imprensa libertária.

garra do povo brasileiro que, mais uma vez, soube se unir para lutar por direitos e foi facilitador para a formação de novas forças de resistência, como a Fundação do Partido Comunista do Brasil em 1922⁶, durante o Congresso realizado na cidade de Niterói (RJ).

Organizações de base popular e com caráter de resistência a um modelo concentrador de renda e de poder, historicamente, nunca foram bem aceitos no país. Assim, diante de um Movimento político plural, que tinha objetivos nacionais e democráticos⁷, a reação do poderio econômico se fez presente, mas apesar de sua derrota e de seus erros, a Aliança Nacional Libertadora - ANL deixou claro que o caminho para a derrota das forças da reação e do imperialismo passa pela organização, mobilização e unificação da classe trabalhadora e dos setores populares. E, certamente, serviu de inspiração para outras revoltas presentes na história brasileira. Dentre os fatos históricos a merecer destaque, diante da tensa relação e de conflitivos interesses no processo de conquistas de direito, temos o Golpe Militar em 1964, sobre o qual Rocha (2008) assim comenta:

O certo é que a herança histórica exerce um papel preponderante nos repertórios de ação utilizados pelos movimentos populares. Por esse motivo é temerário desqualificar as diferentes estratégias de protestos utilizadas ao longo da história política brasileira e, com isso, afirmar que o povo brasileiro não tem uma cultura participativa. Se a história política brasileira é entremeada de manifestações populares singulares, com o golpe militar, a conjuntura política e social do país foi radicalmente transformada. Até o início da década de 60, pode-se dizer que se vivia um Brasil onde se multiplicavam as lutas populares, destacavam-se os movimentos pela Reforma Agrária, pela casa própria, pela redução da tarifa dos transportes públicos, dentre outros. Com o advento da ditadura militar passa-se a viver um Brasil onde predomina um cotidiano de violência que impede todo e qualquer tipo de mobilização política da sociedade. Os canais formais de manifestação e diálogo foram fechados, ficando os movimentos populares e organizados da sociedade à deriva, isto é, sem alternativas consideradas lícitas para a canalização de suas insatisfações e demandas ao Estado. (ROCHA, 2008 p.132,133)

Mas a tentativa de calar o sonho e a ação por um mundo melhor não acabou com os sonhos, apenas adiou alguns.

Na resistência à colonialidade se faz presente na decolonialidade, isto é, as relações de dependência presentes nas esferas política e econômica e na construção do conhecimento

⁶ É importante dialogar com o cenário internacional da época, marcado pela vitória da Revolução Soviética de 1917, e da criação da Internacional Comunista em 1919.

⁷ Dentre os objetivos destacam-se o anti-imperialismo, o não reconhecimento e o não pagamento da dívida externa; jornada máxima de oito horas; seguro social; aposentadorias; aumento de salários; isonomia salarial e garantia de salário mínimo; fim do trabalho escravo; eliminação dos latifúndios; amplas liberdades democráticas; supressão dos privilégios de cor e raça; total liberdade religiosa com a separação entre Igreja e Estado; oposição às guerras imperialistas; estreitamento de relações com as demais nações latino-americanas; solidariedade com todas as classes e povos oprimidos do mundo. Apesar de sua derrota e de seus erros, a ANL deixou o exemplo de dedicação às causas dos trabalhadores e do povo, demonstrando que o caminho para a derrota das forças da reação e do imperialismo passa pela organização, mobilização e unificação da classe trabalhadora e dos setores populares.

vai sendo revista buscando valorizar os saberes de indivíduos, grupos e comunidades subalternizados, com foco na realidade e complexidade latino-americana, buscando produzir formas de conhecimento que não seguissem a lógica da colonialidade, buscando romper com o pensamento hegemônico dos direitos universais fundamentados nas noções ocidentais e eurocêntricas de dignidade humana, que alicerça o sistema neoliberal que intensifica as desigualdades sociais.

A partir da década de 1970, o movimento social negro, se destaca na luta por direitos posicionando-se por impor mudanças no ordenamento jurídico em relação à participação da população negra nos diversos espaços sociais e de uma conscientização do povo negro.

Gomes (2003) afirma que o racismo se ancora na negação do acesso da população negra à escolarização e, conseqüentemente, à produção de saber, sendo a escola o espaço em que esse racismo se difunde. Existe uma necessidade de novos olhares, novos discursos e novas práticas e, assim, novas posturas políticas para combater o racismo. Uma outra forma de pensar a educação apontando para a escola democrática que contribui para a formação de uma sociedade também democrática, em que coexistem diferenças, as quais não são compreendidas desigualmente.

Para que aconteça o processo de emancipação dos sujeitos, faz-se urgente a emancipação do ideal do colonizador, que retira a centralidade e o ideário eurocêntrico e, por conseguinte, afirma a colonialidade do poder, tornando invisíveis as subjetividades periféricas. É necessário que se quebre esse paradigma, em nome da visibilidade e da vocalização desses sujeitos subalternos e excluídos, é que podemos pensar a democracia.

Nesse sentido, na história brasileira que, além das questões aqui trazidas ou até pela história aqui trazida, viveu na República a reprodução do modelo do colonizador marcado pela desigualdade, por governos ditatoriais, sendo o mais marcante o Golpe Militar de 1964, mas também, pela história de resistência, traz a luta pela redemocratização que tem por ato, tanto concreto, como simbólico, a Constituição Federal de 1988, a chamada Constituição Cidadã.

O Brasil e o mundo da proteção social

Diante de uma história de exploração, não reconhecimento das diversidades e até mesmo da humanidade, uma vez que indígenas e negros eram tratados de forma desumana, a desproteção era flagrante, colocando aos detentores do poder desafios no sentido de “amenizar” as condições de vida dessa população e até mesmo de responder por demandas de proteção que já eram traçadas em outros países.

A história da Seguridade Social revela a permanente busca do homem por mecanismos de proteção social. Historicamente, podemos encontrar tenras manifestações como a Lei dos Pobres (*Poor Relief Act*) Inglaterra (1601) que se tornou marco da criação da

assistência social, regulamentador da instituição de socorro público aos que deles necessitavam, o que era organizado por paróquia.

Mas é no século XIX, na Alemanha, com Bismarck, que expressões da seguridade se tornam leis instituindo-se seguros sociais destinados aos trabalhadores (seguro-doença, seguro de acidente de trabalho, seguro de invalidez e velhice). Tais leis atendiam a demandas dos trabalhadores e buscavam reduzir tensões presentes nas relações patrão-empregado. Não por acaso, foram precursoras para a criação da previdência social no mundo.

No século XX, novos avanços são identificados na área de proteção social. Fora do eixo europeu, o México inclui a previdência social em sua constituição (1917), nos Estados Unidos, Franklin Roosevelt instituiu o *New Deal*, através da doutrina do Estado do bem-estar social (*Welfare State*)⁸.

Na Inglaterra é criado o Plano *Beveridge* (1941), com o objetivo de constituir um sistema de seguro social que garantisse ao indivíduo proteção diante de certas contingências sociais.

Pós Segunda Guerra Mundial, em 1948, um marco em defesa dos Direitos foi proclamado: a Declaração Universal dos Direitos do Homem que prescrevia a proteção previdenciária, entre outros direitos fundamentais da pessoa humana.

É possível perceber um processo evolutivo na direção de se reconhecer direitos, tanto da classe trabalhadora, como, também, dos que não conseguiam se manter e se encontravam fora do mundo do trabalho, de ampliar a responsabilidade do Estado e dos empregadores na garantia de proteção, criando mecanismos importantes como a Organização Internacional do Trabalho - OIT (1919)⁹.

O que se pretende enfatizar, então, é a busca por um padrão civilizatório de sociedade que envolveu atores diversos como a Igreja, governantes, empregadores e trabalhadores, muita das vezes como resultado de tensões. Pode-se afirmar que a seguridade social tem origem nas transformações ocorridas no mundo, destacadamente a partir da Revolução Industrial. Assim, um conjunto de leis e pactos veio dando contorno à institucionalidade da proteção social no mundo e, também, no Brasil.

No século XVI, já se identificavam iniciativas de proteção, mas estas estavam nas mãos de religiosos e de “pessoas de bem”, sendo clássica a presença das Santas Casas e

⁸ Visava resolver questões provenientes da crise econômica do país (crise de 1929). Em 1935, o *Social Security Act* foi instituído, destinado a ajudar os idosos e a estimular o consumo, bem como o auxílio-desemprego aos trabalhadores desempregados.

⁹ Outros pactos foram realizados entre os países na defesa da seguridade social. Dentre eles, destacam-se: Pacto dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966); Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica – 1969); Protocolo de São Salvador (1988).

das sociedades beneficentes. Ainda que a Constituição de 1824, primeira do Brasil, abordasse aspectos da seguridade ao reconhecer a importância da constituição dos socorros públicos, nada mais significativo se registra até que onze anos depois fosse criado (1835) o Montepio Geral dos Servidores do Estado (MONGERAL). A Constituição de 1891 foi a primeira a conter a expressão "aposentadoria" reconhecendo-a para os funcionários públicos, no caso de invalidez, independentemente de contribuição.

O marco da previdência social no país foi a Lei Eloy Chaves (1923) com a criação das Caixas de Aposentadoria e Pensão (CAP) para os ferroviários. Na década de 1920 as caixas criadas que asseguravam os benefícios de aposentadoria e pensão por morte e assistência médica e eram vinculadas às empresas e de natureza privada, e o custeio era partilhado entre as empresas e os trabalhadores.

Em 1930, com a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, este passou a administrar a previdência social e o sistema previdenciário antes estruturado por empresa, passando a ser por categorias profissionais de âmbito nacional.

As Constituições de 1934, de 1937 e de 1946 tratam do tema da proteção social ora denominando-a como seguro social, ora como previdência social. Sendo que nesta última são explicitados o público a ter os direitos garantidos: velhice, doença e morte.

Em 1960, foi criado o Ministério do Trabalho e da Previdência Social e também foi editada a Lei Orgânica da Previdência Social – LOPS (Lei nº 3.807/1960), caracterizou-se pela fase da uniformização da previdência social, pela unificação de critérios de concessão dos benefícios dos diversos institutos existentes na época, e ampliação de benefícios como: auxílio-natalidade, auxílio-funeral, auxílio-reclusão e assistência social. Em 1963, o estatuto do trabalhador rural, Lei nº 4.214 criou o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL) e, em 1977, a Lei nº 6.439, criou o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS) para integrar as atividades de previdência social, da assistência social, da assistência médica e de gestão administrativa, financeira e patrimonial das entidades vinculadas ao Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), papel que exerceu até a Constituição de 1988, quando foi extinto tendo por base os artigos 194 a 204¹⁰ que constituem o capítulo da Seguridade Social. A Lei 8.029, de 12/04/1990, criou o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS (fusão do INPS e IAPAS), vinculado ao então MPAS.

¹⁰ A seguridade social foi organizada, na Lei nº 8.080, de 19/09/1990, que cuidou da Saúde. Depois, pelas Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24/07/1991, que criaram, respectivamente, o Plano de Organização e Custeio da Seguridade Social e o Plano de Benefícios da Previdência Social.

Um conjunto de Emendas Constitucionais tem redesenhado a seguridade social, principalmente a previdência e a saúde¹¹ com debates em sua maioria tensos por ameaças e retrocessos em relação a direitos conquistados, como critério de aposentadoria que atualmente volta a viver um clima de discórdia, ameaçando a população com perdas graves em nome de um redimensionamento na economia brasileira. Redimensionamento sobre o qual cabe perguntar: quem sai ganhando com o mesmo? Certamente não é a classe trabalhadora, nem os que querem ingressar no mundo do trabalho e estão aguardando uma oportunidade justa.

Na perspectiva da Seguridade Social destaca-se, ainda, a grande conquista constitucional que representa a assistência social ser incluída na condição de política pública, revelando o esforço coletivo de um conjunto de profissionais, entre os quais o assistente social encontra-se incluído, para garantir o reconhecimento do direito ao acesso a todos que vivam uma situação de desproteção que as coloque em risco.

Sposati (2018), ao analisar os “Descaminhos da seguridade social e desproteção social no Brasil” destaca o fato de a proteção social brasileira, nesses 30 anos, ter sofrido deformidades em sua perspectiva civilizatória, pois vem atuando como mecanismo que acentua a desigualdade nas extremidades do ciclo de vida. Nesse sentido, afirma que a Seguridade Social é “afastada para o campo privado filantrópico, afogando nesse líquido seu componente democrático e republicano” e levanta três hipóteses analíticas:

A primeira delas é que a Seguridade Social, no Brasil, não emergiu de uma demanda da sociedade, o que a tornou socialmente desprovida de seu valor de direito humano civilizatório e transformada, por forças conservadoras, em bem de consumo individual, marcado pela reprodução de desigualdades socioeconômicas. Como bem de consumo, é uma mercadoria negociável e não um direito. A segunda refere-se aos interesses do capital financeiro, o qual passou a utilizar a proteção social como forma indireta de financiamento privado. Os fundos da Seguridade Social apresentam-se e movimentam, como capital de aplicação, interesses econômicos privados (exemplo é a aplicação dos fundos de pensão em privatizações). A prática da isenção fiscal da cota patronal; os dispositivos de renúncia e isenção fiscal; a reiterada prática do Programa de Recuperação Fiscal (REFIS) são estratégias de favorecimento do capital privado e geração de déficits no orçamento da Seguridade Social. Mecanismos de acesso a essas vantagens são mercadorias comerciáveis, não raro, por meio de trocas e favores políticos. E, finalmente, a terceira, sugere que a intensidade de forças conservadoras pautadas no individualismo, no Estado mínimo, tem descaracterizado a proteção social como direito universalista. Ocorre profunda distância entre os padrões de cobertura a desproteções praticados entre os que ganham menos, submetidos à seleção de meios e reduzidas suas atenções a padrões emergenciais, e aqueles que ocupam funções públicas de destaque no legislativo, judiciário e forças militares. (SPOSATI, 2018 p. 2.317)

Fala, então, a autora de uma seguridade social esgarçada e faz uma primorosa análise de suas hipóteses, o que não será possível aprofundar no momento. O que neste momento

¹¹ Cabe destacar: Emenda Constitucional n. 20/1998, 29/2000, 41/2003, 42/2003,47/2005, 51/2006, 63/2010, 85/2015,86/2015.

resgatamos é a relação desse processo de luta por direitos reafirmando o papel da classe trabalhadora nas conquistas materializadas e nas não materializadas, mas legalmente reconhecidas. Nesse sentido, a pergunta que fica é: onde o Serviço Social se encontra?

Para não fugirmos da conformação histórica presente neste texto, escolhida por acreditarmos que a forma de avançar passa por reconhecer o processo com seus acertos e não acertos, ou seja, a história não deve ser esquecida, o resgate da origem e processos vividos na profissão devem ser lembrados.

O Serviço Social parceiro na resistência?

Com relação à história de resistência, o Serviço Social desempenha um importante papel desde a década de 60 do século passado, apesar de, em sua origem, ter sido “utilizado” numa lógica conservadora e ligada à igreja e ao Estado na expectativa de mediação entre classe trabalhadora e classe burguesa.

Silva et alii (2016) no texto O Serviço Social no Brasil: das origens à renovação ou o “FIM” do “INÍCIO” resgam, de inspirações clássicas como Iamamoto (2011), Netto (2009) entre outros, elementos importantes de nossa história profissional. Assim, reafirmam a gênese do Serviço Social no Brasil, enquanto profissão inscrita na divisão social do trabalho na sua relação com o contexto das grandes mobilizações da classe operária nas duas primeiras décadas do século XX.

Como destacado no presente texto, o processo de industrialização no Brasil e no mundo trouxe ao debate a luta por direitos, diante das expressões da questão social, tendo presente tensões que exigiram o posicionamento do Estado, das frações dominantes e da Igreja Católica. Esta, buscava recuperação da hegemonia ideológica¹², para o que contou com a burguesia católica e, dentro da mesma, com jovens religiosas preocupadas com a “questão social” e em contribuir para dar respostas ao movimento operário e popular na perspectiva do controle, com caráter mais doutrinário do que científico¹³, mais moralizador, disciplinador e controlador da força de trabalho, culpabilizador dos sujeitos diante das condições em que se

¹² A busca pela recuperação da hegemonia ideológica da Igreja Católica teve por estratégia o fortalecimento da Ação Católica Brasileira (ACB). As atividades da caridade tradicional ganham caráter organizativo, contando com famílias da burguesia paulista e carioca, e aporte do Estado, o que possibilita realizar obras sociais mais abrangentes. O reordenamento possibilitou o surgimento de duas instituições assistenciais: em 1920, no Rio de Janeiro, a Associação das Senhoras Brasileiras e, no ano de 1923, a Liga das Senhoras Católicas, em São Paulo que surgem dentro do movimento de reação católica e visam atender algumas demandas oriundas do processo de desenvolvimento capitalista, sendo consideradas o embrião do Serviço Social brasileiro.

¹³ Doutrinário sim, pois em relação à “questão social”, a Igreja Católica se contrapõe aos princípios tanto do liberalismo quanto do comunismo, tendo em vista que ambos se apresentam enquanto ameaças para sua posição na sociedade.

encontravam, entre outras características que configuraram o Serviço Social Tradicional, predominante dos anos de 1940 até meados da década 1960, orientado por formação oriunda do Centro de Estudos de Ação Social - CEAS, considerado a base da formação em Serviço Social. A forma pela qual o Serviço Social ia se configurando, atendia perfeitamente aos interesses do capital.

Nos anos 60, do século XX, tem início um longo processo de reformulação profissional que visou um redimensionamento e um amadurecimento profissional que culminou no conhecido Movimento de Reconceituação¹⁴. Este refletia sobre as condições de subdesenvolvimento latino-americana, sobre a dominação burguesa e o monopólio internacional. Como destaca Silva (2016)

O Movimento de Reconceituação do Serviço Social latino-americano se vê diante de ditaduras burguesas no continente, que visavam uma modernização conservadora das economias locais, ou seja, objetivavam a manutenção da ordem imperialista do capital. No Brasil, no ano de 1964, ocorreu uma ditadura militar. Esse fato, segundo Cardoso (2013, p. 129-130), “fez com que a influência da Reconceituação no Brasil tivesse características distintas do restante da América Latina”, pois as possibilidades concretas de participação ativa dos brasileiros nesse processo foram minadas. (SILVA et alii, 2016, p. 8)

Já mencionado anteriormente, o período do golpe militar pode ter adiado alguns sonhos, mas não os dizimou. Assumpção e Carrapeiro (2014) contribuem com as reflexões para prosseguir rompendo com o conservadorismo na profissão e destacam:

O período da ditadura militar marcou profundamente o Serviço Social brasileiro. Ao mesmo tempo em que a vertente profissional crítica, que emergiu entre os anos 1961 e 1964, foi sufocada pela repressão, a profissão foi reforçada pela expansão do mercado de trabalho e pelo debate gerado na categoria sobre questões relacionadas à teoria e ao método do Serviço Social. Logo após o golpe de 1º de abril de 1964, muitos assistentes sociais foram vítimas de perseguição política, e também as agências de formação sofreram coação. Dezenas de assistentes sociais e estudantes de Serviço Social lutaram contra o regime militar e, no auge da ditadura, muitos foram alvos da repressão. (ASSUMPÇÃO e CARRAPEIRO, 2014p.107)¹⁵

A posição dos profissionais refletiam o posicionamento dos Conselhos Federal e Regionais de Assistentes Sociais (CFAS e CRAS), criados em 1962¹⁶, que, incorporando a

¹⁴ O Movimento de Reconceituação, que pode ser considerado como “um marco decisivo do processo de revisão crítica do Serviço Social no continente” e que explicita uma preocupação dos profissionais em repensar a estrutura excludente do capitalismo e contribui efetivamente para o processo de erosão do Serviço Social e o seu fazer tradicional.

¹⁵ A atuação profissional neste período se deu em três frentes: 1) no Estado, que respondia à questão social de forma coercitiva, tecnocrática, meritocrática e conforme demanda econômica do capital; 2) nas multinacionais, que precisavam de profissionais apropriados do aparato burocrático e que pudessem intervir diretamente na relação capital/trabalho, em meio às manifestações dos trabalhadores; e 3) na filantropia privada, que se expandiu diante do aprofundamento da questão social, decorrente do processo de crescimento da população urbana (Cardoso, 2013: 133).

¹⁶ Em 1993 passam a ser denominados Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), devido a aprovação da lei 8662/93, que revogou a 3252/57.

ideologia burguesa, sob hegemonia do projeto modernizador, cumprindo o papel atribuído pelo Estado, atuou de forma controladora e burocrática (Cardoso, 2013: 141), refletindo num fazer profissional desenvolvimentista, que buscava a harmonia social, comprometido com ações pontuais e individualizantes, buscando o enquadramento e ajustamento dos sujeitos, com ações corretivas e preventivas.

Essa posição conformista sofre algumas provocações. Cabe destaque para iniciativas do Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais (CBCISS) que, na busca de sistematizar as ações profissionais e elevar a profissão a um status técnico e científico, deu início a seminários de teorização envolvendo um grande número de profissionais, tendo por resultado a produção de documentos significativos para a modernização do projeto profissional¹⁷. Assim, o Serviço Social brasileiro buscou o avanço técnico e a modernização da profissão, conforme conjuntura da sociedade brasileira no período.

Essa modernização acarretou profundas mudanças na formação profissional: a) rompimento com o confessionalismo e o paroquialismo, que historicamente marcaram o surgimento e o ensino do Serviço Social no Brasil; b) expansão em número e pelo território nacional das instituições de formação; c) inserção do ensino de Serviço Social no âmbito universitário. Neste processo, o Serviço Social abriu espaço para a interlocução com as Ciências Sociais. Ao inserir-se nas discussões não apenas como “consumidores” de sua produção, mas incorporando tais insumos teóricos no debate profissional, a profissão adquiriu a validação teórica. Entretanto, o silêncio e a omissão imperaram até o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), ocorrido somente em 1979. O encontro, que ficou conhecido como “Congresso da Virada”, revelou certa simetria da categoria profissional com o momento político do país: enquanto o protagonismo operário impedia a consecução do projeto de autor-reforma do regime militar, o III CBAS rompeu o monopólio conservador nas instâncias e fóruns da categoria profissional. Esse rompimento foi planejado pelo projeto de intenção de ruptura. (ASSUMPÇÃO e CARRAPEIRO, 2014)

Importante resgatar a ligação desse rompimento com o projeto de intenção de ruptura, surgido entre os anos 1972 e 1975, retomando o propósito do Movimento de Reconceitualização

¹⁷ Cardoso (2013) destaca que: Os encontros (Araxá- -MG (1967) e Teresópolis-RJ (1970), produziram documentos que expressam a modernização do projeto tradicional da profissão, apontando os valores que justificavam a ação profissional, um método de intervenção e uma direção ideológica e política, de acordo com a ética tradicional, o positivismo e o pensamento conservador, na direção da manutenção da sociedade capitalista. Entre os anos 1975 e 1979, tornou-se hegemônico o projeto de reatualização do conservadorismo. Suas ações visavam “a ajuda psicossocial no cuidado e na compreensão da pessoa, sem questionamentos da ordem social” A metodologia deste projeto estava baseada no tripé “pessoa-diálogo-transformação social”, entendido como um processo de conscientização. Em 1978, no encontro promovido pelo CBCISS em Sumaré-RJ, tal projeto teve destaque em meio aos debates, dos quais se elaborou um documento que sistematiza o papel do Serviço Social na sociedade. Ainda que tenham sido escritos no contexto da ditadura militar, os documentos de Araxá, Teresópolis e Sumaré não fazem qualquer referência à conjuntura política, econômica e social do país, reforçando o compromisso da profissão em contribuir com o desenvolvimento do país através de sua competência técnico- -burocrática. Assim, o Serviço Social brasileiro buscou o avanço técnico e a modernização da profissão, conforme conjuntura da sociedade brasileira no período.

da América Latina. A ele se soma a proposta metodológica do Método B.H., desenvolvida na Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais por um grupo oriundo da esquerda católica. Academicamente reforça o tripé ensino, pesquisa e extensão sustentado por uma metodologia de intervenção profissional crítica. Naquele momento, o Serviço Social brasileiro se defronta com a noção de historicidade, classes sociais e transformação da realidade, avançando na busca da ruptura com o conservadorismo na profissão.

O país ainda vivia a ditadura militar que estava sendo confrontada por crescentes insatisfações e rearticulações da sociedade civil, através de um amplo movimento popular, que contava com: as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), vinculadas à Igreja Católica, influenciadas pela Teologia da Libertação; com o movimento sindical emergente, partidos políticos, entidades democráticas, enfim, um conjunto de atores unidos na resistência. O Movimento contra a Carestia e as greves operárias, ocorridas nos grandes centros urbanos entre os anos 1978 e 1982, culminou na grande movimentação pelas Diretas-já. O cenário de insatisfações era efervescente e levou o Estado a buscar saídas e o Serviço Social sofreu pressões para ser mediador entre a assistência e seus beneficiários, para buscar apoio popular aos programas governamentais de desenvolvimento. Ao mesmo tempo, os profissionais eram demandados pelos movimentos sociais populares em seu processo de organização. Assim, o projeto profissional de ruptura foi marcado tanto pela supervalorização da dimensão teórico-metodológica, como da dimensão política. A fronteira entre a prática profissional e a militância político-partidária, por vezes, foi permeada por equívocos no trabalho político profissional, ao mesmo tempo em que propiciou o desvelamento da dimensão política inerente ao trabalho profissional (Cardoso, 2013: 188).

Algumas Considerações

A escolha do tema está precipuamente calcada na crença da importância da memória para se obter avanços. Nesse sentido, honrar os que nos antecederam com seus acertos e seus equívocos, amparados na tentativa de ampliar direitos tendo por norte a força do coletivo é necessário e, provavelmente, é a forma mais lógica de se avançar. Honrar, implica respeitar, honrar e respeitar envolve conhecer.

No momento em que, mais uma vez, direitos conquistados são postos em ameaçadora discussão, apontando para perdas, resistir é preciso e exige apropriação, compromisso e respeito. Se identificamos nas batalhas aqui relatadas indígenas, negros, cafuzos, homens mulheres, pessoas com deficiência, pessoas idosas, camponeses, trabalhadores e os à margem do mercado formal entre outros, em diferentes momentos da história do país, sonhando com liberdade e dignidade, sabemos que esses mesmos segmentos estão hoje representados por novos atores e suas pautas de luta que expressam a questão social dos

novos tempos. Tempos que são novos por um aspecto, mais velhos no viciado modelo que tudo faz para concentrar poder, dinheiro, prestígio e apagamento de memórias que possam por suas imagens em xeque.

O Serviço Social por toda sua história de avanços, no campo teórico, metodológico, na forma como atua orientada por seu projeto ético político é uma categoria estratégica no processo de resistência e, nesse sentido, não pode cair na cilada de um olhar restrito para a categoria e suas condições de trabalho, mas deve entender que todos os mecanismos possíveis são criados para tirar o foco da questão central que passa pelo enfrentamento das desigualdades, injustiças e marginalidade. Virar esse jogo tem entre suas estratégias: “dar o nosso melhor” (a melhor leitura crítica, a melhor mediação, a melhor fundamentação nos debates e produções); a construção coletiva e plural; ter leituras da totalidade, pois, como coloca SPOSATI (2018) “leituras segmentadas e parciais de manifestações de desproteção são deslocadas das desigualdades social e econômica resultantes do confronto entre classes sociais, entre o campo e a cidade, entre etnias e gêneros”.

Uma das formas de resistência passa pela forma como a história é ensinada. Entende-se ser fundamental a revisão das disciplinas ministradas desde o ensino na mais tenra idade, que tem importante papel quanto à inserção dessas temáticas na cultura das novas gerações, apostando num outro olhar.

O resgate histórico que escolheu a colonialidade/decolonialidade como um dos conceitos de referência não se deu por acaso. Sim, a história é importante, mas as sustentações para análise dessa história são necessárias, não só para honrar, entender o passado, mas para provocar reflexões, ter elementos para a resistência e para traçar estratégias. Neste sentido, chama-se a atenção dos profissionais para o entendimento de que conhecer a história de sua profissão, ter as bases legais como referência para a atuação é importante e necessário, como necessário é trazer elementos que ajudem a entender o lugar e as razões de determinada vulnerabilidade e risco fazer parte daquele sujeito, daquela família, daquele território. Assim, se revê a história, assim se constrói novas histórias. Um outro mundo é possível.

Referências

ASSUMPTÃO, Raiane Patrícia Severino. CARRAPEIRO, Juliana de Magalhães. Ditadura e serviço social no Brasil: contribuições para prosseguir rompendo com o conservadorismo na profissão. *Lutas Sociais*, São Paulo, vol.18, n.32, p.105-118, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/ls/article/download/25695/18329>.

BATISTA, Pedro César. A história do povo brasileiro, um povo combativo, 2017. Disponível em: <https://www.xapuri.info/historia-social/historia-povo-brasileiro-povo-combativo/>.

CAPELLA, Ana Cláudia. Perspectivas Teóricas sobre o Processo de Formulação de Políticas Públicas. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, São Paulo, n. 61, p. 25-52, 1º semestre, 2006.

CARDOSO, Priscila Fernanda Gonçalves. Ética e projetos profissionais: os diferentes caminhos do Serviço Social no Brasil. Campinas: Papel Social. 2013.

GOHN, Maria da Glória. Sociedade Civil no Brasil: movimentos sociais e ONGs. Meta: Avaliação | Rio de Janeiro, v. 5, n. 14, p. 238-253, mai./ago. 2013. Disponível: <http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/88583/1/2-s2.0-84888118760.pdf>.

ROCHA, Enid. A Constituição cidadã e a institucionalização dos espaços de participação social: avanços e desafios. Disponível em <http://www.ipea.gov.br>.

SILVA, Anália Barbosa. SILVA, Diego Tabosa da. SOUZA JÚNIOR, Luiz Carlos de. O SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: DAS ORIGENS À RENOVAÇÃO OU O “FIM” DO “INÍCIO”. 4º Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais, 2016. Disponível em: <http://cress-mg.org.br/hotsites/Upload/Pics/ec/ecd5a070-a4a6-4ba1-8e4a-81b016479890.pdf>

SILVA, Maria Ozanira Silva e. (2011). (org.) O Serviço Social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura. 7a. ed. São Paulo: Cortez. SPOSATI, Aldaiza. Descaminhos da Seguridade Social e Desproteção Social no Brasil. *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, 2018. Disponível em: www.scielo.br/pdf/csc/v23n7/1413-8123-csc-23-07-2315.pdf.

SILVA, Keyde Taisa da; BICALHO, Poliene Soares dos Santos. Uma abordagem decolonial da história e da cultura indígena: entre silenciamentos e protagonismos. *Crítica Cultural – Critic*, Palhoça, SC, v. 13, n. 2, p. 245-254, jul./dez. 2018. SILVEIRA, Jucimeri Isolda Silveira, NASCIMENTO, Sergio Luiz; ZALEMBESSA, Simões. Colonialidade e decolonialidade na crítica ao racismo e às violações: para refletir sobre os desafios educação em direitos humanos *Educar em Revista*, Curitiba, v. 37, e71306, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/X3D3CtSHRk4kKkTfC9HGbHF/?format=pdf#:~:text=O%20pensamento%20decolonial%20possibilita%2C%20por,a%20apropria%C3%A7%C3%A3o%20e%20a%20explora%C3%A7%C3%A3o%2F>.

Links acessados

<https://g1.globo.com/rj/norte-fluminense/noticia/2013/04/indio-goitaca-era-alto-e-bravo-dizem-historiadoras-de-campos-rj.html>.

<https://j3news.com/2023/04/16/indigena-goitaca-mitos-e-verdades-sobre-antigos-habitantes-da-regiao/>.

A escravidão Africana no Brasil – disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/escravos.htm#:~:text=Escravid%C3%A3o%20african%20no%20Brasil%20se,Brasil%20na%20d%C3%A9cada%20de%201560>

O PENSAMENTO DESCOLONIAL E A TEORIA CRÍTICA DOS DIREITOS HUMANOS:
saberes e dignidade nas sociedades latino-americanas

<https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/revistahumus/article/view/12077#:~:text=O%20pensamento%20descolonial%20tem%20como,se%20expressa%20nas%20rela%C3%A7%C3%B5es%20intersubjetivas>

NOTAS

* **Heloisa Helena Mesquita Maciel**

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio (RJ, BRASIL). Assistente social. Doutora em Política Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Membro de Apoio do Centro Brasileiro Cooperação Intercâmbio Serviços Sociais (CBCISS), professora no Departamento de Serviço Social e membro do Grupo de Pesquisas Josué de Castro – do Decanato da Escola de Ciências Biológicas e da Saúde da PUC-Rio Brasil.

Endereço de e-mail: mesquita.heloisa@gmail.com

ORCID: 0000-0002-9550-7829

** **Sindely Chahim de Avellar Alchorne**

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio (RJ, BRASIL). Doutora pela PUC-SP (2021). Pós Doutora pela EHESS - École des Hautes Études en Sciences Sociales (Paris - França - 2015). Doutora em Serviço Social pela PUC/SP (2012), Mestre em Serviço Social pela PUC-Rio (2001), Especialista em Políticas Sociais pela UERJ (1997), graduada em Serviço Social pela UFF (1995). Secretária Executiva do CMDCA-Rio. Assistente Social da SMAS/Rio desde 2003. Atualmente é Professora Assistente do Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio. Pesquisadora do NEPSAS da PUC-SP - Núcleo de Estudos e Pesquisas em Seguridade e Assistência Social. Coordenadora da especialização em Assistência Social e Direitos Humanos da PUC-Rio. Atuação docente no Programa Nacional de Capacitação do Sistema Único de Assistência Social (Capacita SUAS). Membro do Grupo de Pesquisa Josué de Castro do Decanato do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde da

Endereço de e-mail: sindely@outlook.com

PUC-Rio: <https://orcid.org/0000-0002-4570-0233>.

<https://orcid.org/0000-0002-9550-7829>.

CONJUNTO DE DADOS DE PESQUISA

Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

FINANCIAMENTO:

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM:

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA:

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES:

Não se aplica.

LICENÇA DE USO

Os autores cedem à Revista Goitacá os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Licença Creative Commons Attribution (CC BY) 4.0 Internacional. Esta licença permite que terceiros remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER

Universidade Federal Fluminense. Publicação no Portal de Periódicos UFF. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Ana Claudia de Jesus Barreto e Juliana Desiderio Lobo Prudencio.

HISTÓRICO

Recebido em: 30-04-2024 – Aprovado em: 14-05-2024 – Publicado em: 28-06-2024.